

Formação acadêmico-profissional em Serviço Social e racismo no Brasil: uma análise crítica

Academic-professional training in Social Work and racism in Brazil: a critical analysis

Leonardo Dias Alves*

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar como a formação acadêmico-profissional em Serviço Social pode ser um espaço reflexivo-crítico de combate e enfrentamento ao racismo. Busca-se evidenciar como a problemática dos desdobramentos dos antagonismos e conflitos das relações raciais, assim como a materialização do racismo estrutural na atualidade, são categorias indispensáveis no processo de formação acadêmico-profissional. Privilegia o Projeto Ético-Político como uma resposta para o combate e enfrentamento ao racismo no âmbito do Serviço Social. Utiliza-se o método materialista histórico e dialético, por compreender que o racismo é uma relação social, e o marxismo permite que se tenha uma compreensão científica das relações raciais. Conclui-se que no âmbito da categoria profissional do Serviço Social é necessário identificar como o racismo apresenta-se para a profissão e como a profissão pode formular suas respostas em relação ao combate e enfrentamento ao racismo.

Palavras-chaves: racismo estrutural; relações raciais; Serviço Social; formação acadêmico-profissional; projeto ético-político.

Abstract: The objective of this article is to analyze how the academic-professional training in Social Work can be a reflexive-critical space to combat and confront racism. It seeks to show how the problematic unfoldings of antagonisms and conflicts of racial relations, as well as the materialization of structural racism today are indispensable categories in the process of academic-professional training. It privileges the Ethical-Political Project as a response to combat and confront racism in the scope of Social Service. The historical and dialectical materialist method is used, for understanding that racism is a social relation, and Marxism allows for a scientific understanding of racial relations. The conclusion is that within the professional category of Social Work it is necessary to identify how racism presents itself to the profession and how the profession can formulate its responses in relation to combating and confronting racism.

Keywords: structural racism; racial relations; Social Work; academic-professional training; ethical-political project.

Recebido em: 20/02/2022

Aprovado em: 22/06/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

*Assistente Social formado pela Universidade de Brasília; Mestre em Política Social – PPGPS/SER/UnB; e Doutorando em Serviço Social – PPGSS/ESS/UFRJ. Vinculado ao Grupo de Estudos “Estudando Clóvis Moura”.

Introdução

Esse artigo¹ tem o objetivo de analisar como a formação acadêmico-profissional em Serviço Social pode ser um espaço reflexivo-crítico de combate e enfrentamento ao racismo. Parte-se da concepção crítica de que o racismo existe e faz parte da estrutura social da sociedade capitalista brasileira.

As relações raciais não são uma novidade para a categoria, fundamentalmente, por essas estarem entranhadas na realidade brasileira. Porém, os processos de consciência racial acríticos, ou melhor, uma falsa consciência oriunda do mito da democracia racial², provocaram a invisibilidade desse debate no século passado, confronta-se com grandes desafios na contemporaneidade para ser absorvida e apropriada como conteúdo programático para a formação acadêmico-profissional e como elemento reflexivo-crítico indispensável para o cotidiano de trabalho das/os assistentes sociais diante das expressões da “questão social”.

É na seara da produção do conhecimento sobre o Serviço Social e as relações raciais que esse trabalho se encontra, contribuindo, minimamente, para o processo reflexivo-crítico da categoria profissional sobre os determinantes do racismo no Brasil. Esse artigo utilizou-se do método materialista histórico e dialético. Almeida (2016: 24) sinaliza que o marxismo permite que se tenha uma compreensão científica das relações raciais e “[...] abre as portas para que o marxismo cumpra sua vocação de tornar inteligíveis as relações sociais históricas em suas determinações sociais mais concretas”.

A proposta desse artigo não é esgotar esse debate, pode, inclusive, ser interpretado como notas breves, como apontamentos iniciais, como contribuição para desenvolvimentos mais elaborados. O artigo encontra-se organizado em três tópicos, divergentes e convergentes, mas que possuem o mesmo fio condutor: a formação acadêmico-profissional como um dos espaços de enfrentamento e combate ao racismo.

¹ Esse artigo é resultado e parte da pesquisa que cominou na minha dissertação de mestrado – “Serviço Social e Questão Racial: tensionamentos e disputadas no processo de formação acadêmico-profissional” – concluído junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/UnB) no ano de 2020, sob a orientação do professor Dr. Reginaldo Ghiraldelli. O presente artigo passou por revisão, modificação e atualização do conteúdo apresentado.

² Fernandes (2017) afirma que o mito da democracia racial é um vasto pano de fundo que se expressa como “[...] um meio de evasão dos estratos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e inarredáveis” (FERNANDES, 2017: 30). Trata-se de uma falsa consciência que tem por objetivo ocultar a realidade concreta que permeia as relações raciais. Resulta em uma simplificação dos antagonismos e conflitos que são produzidos no e pelo racismo. Bernardino-Costa (2016) destaca que esse mito serviu de modelo para todos os países e continentes, que possui como características tornar a raça como irrelevante para analisar como são constituídas as chances e oportunidades para a vida dos cidadãos na sociedade capitalista.

Os desdobramentos sócio-históricos das relações raciais no Brasil: breves apontamentos para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social

No Brasil, o Serviço Social nasceu em uma sociedade³ cujo racismo é estrutural⁴ e estruturante da divisão das classes sociais. As particularidades da sociedade brasileira são fundamentais para entender o racismo como uma estrutural social. Dessa forma, o racismo não pode ser interpretado como um problema de formação e/ou de comportamento da população, essa é a aparência do fenômeno do racismo, ele deve ser situado e localizado no processo histórico brasileiro.

Oliveira (2016: 34) também reforça a importância das singularidades históricas para traçar a configuração da sociedade “liberal” brasileira e de sua “esfera pública”. O autor compreende que a sociedade capitalista brasileira a) tem *o racismo como elemento estruturante das divisões de classes*, pois “[...] o processo transitório do modo de produção do escravismo colonial para o capitalismo aconteceu sem rupturas e protagonizado pelas mesmas elites dirigentes do período anterior”; b) tem como característica *a concentração de renda como elemento central*, compreendendo que ela se constitui como capitalismo dependente “[...] voltado ao atendimento prioritário das demandas externas, à manutenção da concentração da posse da terra oriunda do período colonial e à superexploração do trabalho como instrumento central da reprodução do capital”; c) a *violência constitui-se como uma prática permanente e não episódica*.

O processo de abolição do trabalho escravista, com as particularidades do país, de acordo com Alves (2022), não se tratou de um projeto emancipatório para a classe trabalhadora negra, longe disso, culminou em um projeto liberal, que por mediação do racismo, marginalizou a classe trabalhadora negra nas franjas maltrapilhas da sociedade capitalista.

Esses apontamentos servem de fundamentação histórica e teórica para compreender o racismo no processo de transição e consolidação da sociedade capitalista e, conseqüentemente, da racialização do trabalhador livre no mercado de trabalho assalariado. Martins (2013:11-12, grifos nosso) salienta que:

³ Para Barroco (2005: 25) a sociedade é compreendida como uma totalidade que é “[...] organizada por esferas (totalidades) cuja (re)produção supõe a totalidade maior, mas se efetua de formas particulares, com regularidades próprias. Conforme a sociedade se complexifica, as esferas sociais podem ganhar uma certa autonomia, o que pode levar a uma falsa compreensão da realidade social: a idéia de que suas esferas podem ser isoladas – umas das outras e em relação à totalidade – para ser analisadas. Outro erro metodológico consiste em supor que uma dada categoria social tem um mesmo desenvolvimento, em qualquer esfera da vida social”.

⁴ Silva (2017: 28) considera “[...] o racismo como elemento estrutural e estruturante de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e a manutenção das relações sociais. Ou seja, seu alcance abrange a economia, a política e a cultura como fundantes nas sociedades capitalistas e mantêm-se na contemporaneidade como elemento dinâmico que favorece, condiciona e preserva relações de exploração e condições de desigualdade em todas as dimensões da vida social”.

Nunca, na história das sociedades, se desenvolveu um racismo tão dissimulado como na sociedade brasileira. A rigor, aqui se produziu um tipo de racismo sofisticado e perverso que, amparando-se no discurso da ‘democracia racial’, construiu desigualdades, violação de direitos e violência. Na verdade, *o racismo brasileiro foi uma estratégia capaz de garantir a omissão do Estado frente à desigualdade racial forjada no âmbito de uma igualdade formal.*

Moura (2021) observa que, na conjuntura após emancipação do regime de trabalho escravista, a classe trabalhadora negra foi alvejada por uma *dupla opressão social*, ou seja, pelo racismo e pela opressão de classe. O autor compreende que a classe trabalhadora negra, no processo de transição de trabalhador escravizado para trabalhador livre, foi atingida por uma série de estereótipos racistas, que configurou a/o trabalhador/a negra/o como mau cidadão na sociedade que se criava pós-abolição do regime de trabalho escravista.

Destaca-se, de acordo com Moura (2021:45), que após a abolição, a classe trabalhadora negra “[...] ficou sem condições de engajar-se no processo de trabalho livre na proporção que devia para não se marginalizar”. O autor salienta que a impossibilidade da classe trabalhadora negra de integrar-se ao mercado de trabalho assalariado decorreu, fundamentalmente, do modo de produção escravista, que criava limitações estruturais que impediam a/o negra/o de ter interesse relevante pela mercadoria que a/o mesma/o produzia. Dessa forma, a/o negra/o era separada/o radical e completamente dos bens que criava, pois “[...] não participava, nem mesmo através da venda da sua força de trabalho, na troca de mercadorias, pois ele próprio era mercadoria que circulava no sistema escravista”.

De acordo com Moura (2021: 52), após a abolição “[...] o negro foi atirado compulsoriamente aos últimos estratos da sociedade, quer onde foi marginalizado, quer onde foi integrado em uma economia de miséria”. A estruturação e ossificação da economia de miséria determinou uma situação de fome crônica ou aguda, contribuindo para que as camadas negras da classe trabalhadora fossem subjugadas por um processo secular de sujeição e exploração, nas situações mais desfavoráveis, prestando serviços que se assemelhavam com as relações de trabalho pré-capitalistas (MOURA, 2021).

Gonçalves (2018: 515) compreende que “[...] o salto para que os(as) trabalhadores(as) negros(as) fossem reconhecidos(as) como parte constitutiva da insipiente nação brasileira tornou-se um longo e intolerável cortejo”. A autora observa, corroborando com a análise de Moura (2021), que esse processo está atrelado ao fato de o Estado brasileiro não ter planejado e, conseqüentemente, implementado políticas que pudessem impulsionar a inclusão da classe trabalhadora negra no universo da cidadania, destacando que, caso isso ocorresse, implicaria profundas mudanças nas relações sociais. Observa-se, a partir da autora, uma particularidade

que permeia a situação da classe trabalhadora negra após abolição do regime de trabalho escravista, que

Ao contrário das regiões que foram berço do capitalismo, não houve para os(as) trabalhadores(as) negros(as) daqui a etapa em que se tornariam classes laboriosas para depois, em razão da pouca disposição do capital em atender às demandas geradas por sua própria dinâmica predadora (falta de moradia, saneamento básico, melhores salários etc.), se tornarem as classes perigosas (CHEVALIER, 2002). Foram imediatamente tratados(as) como um perigo à ordem burguesa (GONÇALVES, 2018: 515)

Gonçalves (2018) compreende, fundamentada em Almeida (2016), que a “questão social” brasileira é fruto desse processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. Mas como já salientado aqui, esse processo foi agravado pelo racismo estrutural que se desenvolveu e se consolidou no Brasil a partir da formação social do país. Dessa forma, a autora salienta que “[...] a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro” (GONÇALVES, 2018: 515)

Martins (2013: 11) considera que, “se o racismo encerra desigualdades, violação de direitos e violência; indiscutivelmente, ele não deixa de mediar a ‘questão social’”. Por esse motivo, não é possível compreender o racismo no Brasil, sem buscar minimamente os seus nexos com a ‘questão social’ e as suas múltiplas expressões. Por outro lado, Martins (2021) também salienta que não é possível tratar a “questão social” no Brasil distante das determinações do racismo. A autora destaca que

[...] as análises sobre a questão social e as mais diversificadas elaborações teóricas que, de alguma forma, se propõem a pensar as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora no Brasil insistem em uma interpretação que, embora dê conta de pensar a realidade dos/as trabalhadores/as das formações capitalistas em geral, fica devendo muito no que diz respeito à conformação assumida pela “questão social” no Brasil, principalmente por não conseguir contemplar as condições de trabalho e de vida e as lutas de gerações de trabalhadores/as marcadas pelos quase quatro séculos de trabalho escravo (MARTINS, 2021: 32)

Para Martins (2021: 32) essas interpretações da “questão social”, muitas delas marxistas ou marxianas, ao desconsiderar que o racismo no Brasil estrutura as relações de produção capitalista, acabam ocultando “[...] a realidade que gerações e gerações da parcela majoritária da classe trabalhadora brasileira viveram na transição do trabalho escravo ao trabalho livre”. Dessa forma, é fundamental, ao abordar a “questão social” brasileira, considerar que a classe trabalhadora negra ao sair “[...] das relações de produção escravista e adentrarem as relações de trabalho capitalista já na condição de reserva de força de trabalho”. A autora ainda pontua que:

Ao serem direcionados/as às necessidades médias do capital agrário, permaneceram em todas as fases do desenvolvimento econômico aguardando a sua vez no conta-gotas das requisições capitalistas, para ocupar as atividades mais degradantes, precárias e temporárias nas atividades sazonais e nas zonas de expansão predatórias do capital, na expansão urbana e na indústria de transformação. Por essa razão, essas análises, no geral, limitam-se a dar conta das condições de vida e de trabalho daquela parcela da classe trabalhadora formada por descendentes de imigrantes europeus que, ao longo da história do capitalismo brasileiro, foi inserida no trabalho formal/regulado (MARTINS, 2021:30-33).

Como resultado desse processo, a classe trabalhadora negra foi exposta a diversas expressões da “questão social” e enquadrada em uma cidadania restrita, que de acordo com Oliveira (2017a), consiste na criação de uma tipificação de “cidadão” que não abrange toda a população, principalmente o segmento racialmente descriminalizado e marginalizado. Destaca-se que uma das características das ordens societárias capitalistas liberais é a transfiguração da desigualdade de classe da dimensão econômica para a igualdade jurídica, ou seja, “somos todos iguais perante a lei”, mas na prática, nas ações, nas repressões, nas opressões e nas formas de explorações, demonstram que a relação de cidadania é totalmente diferente entre as/os trabalhadoras/es negras/os e as/os trabalhadoras/es brancas/os. Menezes (2022: 7-8) pontua que se trata da

[...] cidadania regulada, na qual “a cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei”. [...] Contra essa concepção estreita de cidadania, na qual o(a) trabalhador(a) só tem acesso aos direitos se estiver inserido no processo produtivo, as mobilizações da classe trabalhadora e dos movimentos sociais nas décadas de 1950 e 1960 desafiaram o status quo, reivindicando uma cidadania plena e igualitária e o direito a ter direitos.

O processo de cidadania restrita forjada em uma perspectiva de igualdade forma, alinhada ao lugar ocupado no processo produtivo, ou seja, eram cidadãos aqueles que estivessem inseridos em postos e/ou ocupações de trabalho formal, é atravessada pela estruturação do racismo no mercado de trabalho. Pois,

Numa conjuntura em que o processo de constituição capitalista se efetivava, o trabalho assalariado se coloca numa direção essencialmente deformada e excludente, de valorização do trabalhador branco (o imigrante europeu) como símbolo da redefinição social e cultural do trabalho no país. Daí porque a constituição do capitalismo no país, ao imprimir a exploração como condição fundamental da lógica capitalista, imprimiu nessa lógica a discriminação racial como insígnia do modo de produção baseado no trabalho livre. (MARTINS, 2012: 456)

As relações raciais e a estrutura que lhe fornece sustentação e continuidade, ou seja, o racismo estrutural, não podem ficar marginalizadas do processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social, principalmente, ao considerar o processo histórico do racismo,

e, fundamentalmente, que ele se expressa como uma mediação da “questão social”. O racismo deve ser situado no processo histórico que atravessa a própria profissão e a sociabilidade humana no Brasil, e de forma transversal se apresentar nas matérias e disciplinas que configuram a formação acadêmico-profissional. É importante destacar que:

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos, não havendo, portanto, no Brasil um problema negro, como se reconhecia existir em outros países. Em ambos os casos, de harmonia entre as raças e de eugenia, os(as) primeiros(as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial (GONÇALVES, 2018:515)

O racismo estrutural na sociedade capitalista – sem desconsiderar o sexismo e o patriarcado – determina como a divisão das classes sociais e dos demais grupos sociais vão se relacionar no modo de produção e de vida que é imposto pelo sistema capitalista. Dessa forma, a luta de classes é um dos palcos dos antagonismos e conflitos que circunscrevem as relações raciais – *é o resultado possível de uma sociedade que a sua antecessora foi uma sociedade escravista.*

É importante salientar que o enfrentamento e o combate ao racismo, em uma sociedade que ele emerge como uma estrutura social, não pode ser configurado como um divisor da luta geral da classe trabalhadora. Muito pelo contrário. O racismo estrutural dividiu a classe trabalhadora em grupos raciais. Logo, deve-se ter em mente que a luta contra o racismo é pela unidade da classe trabalhadora, e, fundamentalmente, apresenta-se para o Serviço Social brasileiro como um princípio ético-político. Como bem explicou Marx (2017:372): “o trabalho não pode se emancipar na pele branca onde na pele negra ele é marcado a ferro”.

A relação entre a classe trabalhadora e a população negra é remontada pela ausência de debates, ocasionada pela historiografia do trabalho social brasileiro, que não estabeleceu um diálogo entre o trabalho escravista e o trabalho assalariado. Em outras palavras, *a história social do trabalho excluiu a população negra enquanto sujeitos da classe trabalhadora brasileira e que compõem a luta geral dessa mesma classe.*

Oliveira (2017b:21) afirma que “[...] entender o racismo no Brasil implica,

necessariamente, compreender como se estabelecem os mecanismos de produção material interna no país [...]”. Logo, a análise contemporânea do racismo não pode ser deslocada do modo de produção capitalista, pois a sua produção e reprodução se dá no âmbito da sociedade capitalista, no cerne das lutas de classe, inclusive na mercantilização das pautas e símbolos da luta antirracista. Almeida (2018:145) reforça que

A divisão de classes, a divisão de grupos no interior das classes, o processo de individualização e os antagonismos sociais que caracterizam as contradições que formam a sociabilidade capitalista, tem o racismo como veículo importantíssimo. E negar isso é simplesmente não compreender o capitalismo enquanto forma de sociabilidade.

Oliveira (2021) pontua que na ausência de uma visão crítica estrutural do racismo, ocorrem deslocamentos conceituais preocupantes. Na perspectiva do autor, um desses deslocamentos é a essencialização racial que subverte a ideia de racismo estrutural para concepção estruturalista – que tem como uma de suas características a mitificação de categorias-base. Oliveira (2021:16) indica que esse processo ocorre porque o chamado campo da esquerda ainda encontra-se permeado pelo eurocentrismo e tem uma “[...] visão idealizada de classe trabalhadora”. O autor aponta que

A construção da classe trabalhadora no Brasil se deu pela racialização, isto é, foi com base na constituição de um padrão classificatório racial feito durante a colonização que se estabeleceu quem trabalhava (negro) e quem não trabalhava (branco). E a divisão internacional do trabalho no qual se baseia o mercado mundial e constitui a totalidade do capitalismo global também é racializado – as nações do capitalismo dependente são de populações não branca e o capitalismo central, brancos (OLIVEIRA, 2021:16).

Por esse motivo, é importante compreender que o racismo e os seus mecanismos de produção e reprodução, fazem parte da totalidade do processo de formação das profissões na sociedade capitalista. As profissões são compreendidas como uma forma de organização e controle do trabalho, ou seja, as profissões também vão determinar como a divisão social e técnica do trabalho vai se estruturar. Cardoso (2016:71) ressalva que

A maneira como cada profissão estará inserida nessa divisão, terá a ver, portanto, com as demandas históricas e políticas que lhe são postas diante dos interesses do capital, tendo também, em nosso entender, a ver com a maneira como cada profissão se organizará para responder a tais demandas diante dos distintos níveis de consciência que seus agentes terão sobre a funcionalidade que a profissão tem para o modo de produção dominante.

O Serviço Social, no caso, é regulamentado enquanto uma profissão liberal⁵, que para a

⁵ “O Serviço Social no Brasil, embora regulamentado como uma profissão liberal, não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais na acepção corrente do termo. O Assistente Social não tem sido um profissional autônomo, que exerça independentemente suas atividades, dispondo das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja no que refere à maneira de exercê-lo, ao estabelecimento da jornada de trabalho, ao nível de remuneração e, ainda, ao estabelecimento do “público ou

realização das suas atividades, é requerido um nível de formação acadêmico-profissional e de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social de cada estado. A/o assistente social, enquanto quadro técnico da profissão, é dotado de uma relativa autonomia na condução da sua intervenção profissional. Para tal, tornou-se necessário a criação e regulamentação de estatutos legais e éticos para o desenvolvimento do trabalho da/o assistente social (IAMAMOTO, 2012).

A/o assistente social é inserida/o na lógica capitalista de compra e venda da força de trabalho, tendo a possibilidade de ser empregada/o por diferentes empregadores ou de não ser absorvida/o no mercado de trabalho. Quando um/a assistente social é empregada/o, a/o mesma/o pode ser cooptada/o pela organização política e ideológica do espaço sócio-ocupacional e entrar em contradição em relação aos princípios e valores que constituem o projeto profissional. Podendo, inclusive, sofrer pressão no cotidiano de trabalho para se adequar às normas da instituição para manter o emprego, ou seja, o seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, e garantir sua fonte de subsistência na sociedade capitalista, ou seja, um salário.

Ao vender a sua força de trabalho, a/o assistente social vincula-se à uma instituição, que como parte da sociedade, pode carregar no seu bojo a institucionalização do racismo, principalmente na falsa consciência oriunda do mito da democracia racial, que oculta, naturaliza, inverte e legitima o racismo estrutural no cotidiano de trabalho, determinando as demandas que são apresentadas para a/o profissional e, inclusive, como ela/e vai respondê-las.

O Serviço Social brasileiro precisa captar o movimento da realidade, que reverbera na situação social da população negra. É importante retirar as vendas do mito da democracia racial, abrir os olhos para uma demanda antiga e ainda em aberto no âmbito da formação e da intervenção profissional das/os assistentes sociais brasileiras/os. Nesse sentido cabe até uma indagação: como é possível jogar mais de quatro séculos de violência, opressão, exploração e dominação, assim como os desdobramentos contemporâneos das relações raciais, para “debaixo do tapete”? Esse processo requer uma autocrítica da profissão, mas que essa só poderá ocorrer com o processo de formação da consciência racial crítica no âmbito da formação acadêmico-profissional.

A consciência racial crítica na formação acadêmico-profissional: a formação da consciência profissional da/o assistente social

O Serviço Social é uma profissão que é compreendida enquanto uma ramificação da especialização do trabalho coletivo, e a/o assistente social é a/o seu profissional, inserida/o na

clientela a ser atingida”” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985:80).

divisão social e técnica do trabalho⁶ (GUERRA, 2003; IAMAMOTO, 2012). Iamamoto e Carvalho (1985:71) apontam que o Serviço Social é “[...] um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas”. As classes sociais e as reproduções sociais são categorias indispensáveis para compreender as demandas que são colocadas para o Serviço Social brasileiro.

Iamamoto e Carvalho (1985) reiteram que as reproduções sociais não estão limitadas apenas à reprodução da força viva de trabalho e dos meios que objetivam a produção – ou seja, os instrumentos de produção e as matérias-primas. Pelo contrário, os autores reforçam que a noção de reproduções sociais abrangem-nos como elementos substâncias do processo de trabalho. As reproduções sociais ultrapassam esse limite e, de certa forma, englobam a produção, o consumo, a distribuição e as trocas de mercadorias. Nesse sentido, os autores apontam que a noção de reproduções sociais

Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídica, religiosa, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985:72).

O envolvimento das formas de consciência social que integra a noção de reproduções sociais, apresentada por Iamamoto e Carvalho (1985), provocam as seguintes indagações sobre as relações raciais no Brasil: como a raça e o racismo perpassam as formas de consciência social na sociedade capitalista? É possível afirmar que os antagonismos e conflitos que estruturam as relações raciais brasileiras formam uma consciência racial?

Marx (2008b:259) sobre a consciência, considera que

Para a consciência – e a consciência filosófica é determinada de tal modo que para ela o pensamento que concebe é o homem real, e o mundo concebido é, como tal, o único mundo real – para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato de produção – que apenas recebe um impulso do exterior – cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque [...] a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que

⁶ O trabalho é social – aqui não se trata exclusivamente do Serviço Social – porque relaciona o lugar em que cada trabalhador está localizado no processo de produção e reprodução, ou seja, na divisão das classes sociais: burguesia e proletariado. O trabalho, na sociedade capitalista, será compreendido como técnico por se referenciar ao tipo de trabalho que é realizado, ou seja, material ou intelectual. Significa, essencialmente, o lugar que determinada profissão ocupa na especialização do trabalho coletivo, e isso determina o seu lugar nas classes sociais. Indica o tipo de preparação que é necessária para a realização da atividade, o que é determinado pelo nível de formação, de conhecimento e de habilidades, que são requisitos para a realização da atividade (CARDOSO, 2016; IAMAMOTO; CARVALHO, 1985; IAMAMOTO, 2012).

concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceito.

Marx (2008b) ressalta que o todo, como aparece no cérebro, é um produto do pensamento, que só pode se apropriar do mundo da única maneira que pode fazer, ou seja, o cérebro só pode se comportar de forma teórica. É importante pontuar, de acordo com Barroco (2013), que ao visar uma transformação pela práxis, é necessário supor uma orientação de valores que possa intervir objetivamente na totalidade social em uma direção que é compreendida como “a melhor”. A autora salienta, que “[...] o papel decisivo da consciência na materialização dos valores, aliado ao caráter reificado das representações sociais na sociedade burguesa, contribui para o ocultamento do seu caráter ontológico objetivo” (BARROCO, 2013: 65). A autora destaca que as

[...] condições históricas permitem que os valores sejam apreendidos como produtos de subjetividades abstraídas de suas determinações sociais. Legitimados em si mesmo, os valores adquirem vida própria, fornecendo reconhecimento a práticas sociais contrárias ao seu significado histórico (BARROCO, 2013: 65).

Iasi (2011) compreende o processo de consciência, de forma preliminar e introdutória, como um desenvolvimento dialético. O movimento que resulta no processo de consciência, necessariamente, transporta no seu bojo, em todos os momentos, os elementos que proporcionam a sua superação, ou seja, as formas que incluem as contradições dos processos de consciência dos seres humanos. Nesse caso, quando esse processo amadurece, gera o processo de consciência para novas contradições e formas de interpretar a realidade concreta. Portanto, “[...] o movimento se expressa num processo que contém saltos e recuos” (IASI, 2011:12).

O processo de consciência é parte integral do processo de formação acadêmico-profissional das/os assistentes sociais, que quando amadurece, gera novas contradições e formas de interpretar a realidade que comporta o cotidiano de trabalho das/os assistentes sociais mediado pelas expressões da “questão social”. É na formação acadêmico-profissional, que tais profissionais entram em contato com os fundamentos históricos, teóricos, éticos e metodológicos que revelam a autoimagem da profissão. A formação envolve saltos e recuos, que se relacionam com a consciência social que permeia a sociedade, que se constituiu mediada pelos contatos direto ou indireto com as religiões, as ideologias, as culturas, a política e a economia, assim como com os antagonismos e conflitos raciais, que podem ou não entrar em confronto com os fundamentos que pressupõem a formação acadêmico-profissional em Serviço Social e gerar novas formas de interpretar a realidade. Iasi (2011:12) destaca que é importante:

[...] entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como

algo dado. [...] só é possível conhecer algo se o inserimos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ele se tornou o que é; assim é também com a consciência: ela não “é”, “se torna”. Amadurece por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem, gerando novas, que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações.

As formas de consciência social permitem que o processo de consciência racial se desenvolva na sociedade capitalista. O que isso significa? Que conforme as relações raciais surgiram e se desenvolveram, fundamentalmente e não de forma acidental, produziram uma forma específica de consciência: a racial. Parafraseando Iasi (2011), a consciência racial não “é”, mas “se torna”. Ela é decorrente dos processos socioeconômicos e históricos que conotam a formação social do Brasil, como também faz parte das relações conflituosas e antagônicas que se desenvolvem antes e na atual sociedade capitalista brasileira.

É importante compreender que o racismo se desenvolveu antes da consciência racial (crítica e acrítica), pois essa só conseguiria emergir depois do movimento de racialização do ser social a partir do racismo, e conseqüentemente, depois do estabelecimento das/os trabalhadoras/es racialmente discriminadas/os na transição do trabalho escravista para o trabalho livre. Dessa forma, a consciência racial só existe porque o racismo existe, tornando necessário compreender como essa consciência se torna importante para a compreensão do racismo e a sua forma de mediar e acirrar as expressões da “questão social” no âmbito da formação acadêmico-profissional em Serviço Social e na intervenção profissional das assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais.

O processo de formação da consciência racial pode resultar em uma consciência crítica ou acrítica. Isso significa que decorrente do processo de amadurecimento e compreensão dos antagonismos e conflitos que constituem as relações raciais, a depender do desenvolvimento da consciência racial crítica, vai possibilitar se aproximar do movimento do real das formas estruturais e conjunturais que determinam as diferenciações raciais; ou pode se desenvolver de forma acrítica, contribuindo com a manutenção e naturalização das desigualdades raciais, como invisibilizando a importância de tal debate no âmbito da formação acadêmico-profissional. Quando a consciência racial assume o aspecto crítico, permite que as/os assistentes sociais possam ter uma compreensão abrangente da estrutura e da dinâmica das relações raciais.

E partindo da compreensão de que o racismo estrutural, nas particularidades da sociedade brasileira, vai se expressar a partir do mercado de trabalho, como por exemplo: da divisão racial do trabalho⁷, da marginalização da classe trabalhadora - tanto do mercado de

⁷ É importante destacar que “[...] entender o racismo estrutural no Brasil requer compreender as suas formas de ser e de se materializar na sociedade brasileira, considerando a divisão racial do trabalho como uma delas. Além disso, a divisão racial do trabalho carrega em si uma contradição que é a reatualização e modernização da desumanização

trabalho assalariado formal/regular, como na segregação dos espaços urbanos (na contradição centro e periferia) –; como também da produção do conhecimento. A compreensão dessa realidade, que antecede a consciência racial, no âmbito da formação acadêmico-profissional, mediada por elementos reflexivo-críticos sobre o racismo, podem provocar o processo da consciência racial crítica profissional das/os assistentes sociais brasileiro.

O processo de consciência racial crítica permite que sejam feitos apontamentos acerca da realidade racial brasileira, e considerar que o racismo se constitui como um componente indispensável para compreender a divisão das classes sociais. Nesse sentido, não é novidade – pelo menos para o Serviço Social – que a divisão das classes sociais pode ser observada, através de duas movimentações básicas: compra e venda da força de trabalho. A dicotomia classe burguesa x classe trabalhadora é muitas vezes tratada sem as devidas mediações com a raça e etnia, os gêneros e as sexualidades, o que provoca um distanciamento da realidade concreta no âmbito do processo de formação da consciência profissional, dificultando uma aproximação com o cotidiano de exploração e opressões experimentados pela população usuária dos serviços das/os assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Moura (2021) utiliza-se dos termos classe em si e para si, derivados do conceito de classe social, para explicar as categorias grupos diferenciados e específicos. Diferenciados pela marca visível da cor da pele, o que insere esse grupo, como uma particularidade do racismo estrutural, em uma desigualdade estrutural em relação ao grupo branco. Específicos por tomarem consciência de que essa desigualdade é fruto do racismo, de um peneiramento social que é praticado institucionalmente pelo Estado, e de forma coletiva se organizam para resistir e lutar contra a violência, as desigualdades e exploração oriundas do racismo.

A classe trabalhadora negra ao se perceber dentro do emaranhado das relações sociais e raciais, e que o fato de ser negra é utilizado como justificativa para ser diferenciada dentro das classes sociais e dos demais grupos sociais, pode desencadear dois processos de consciência, que podem ser facilmente descolados para os aspectos psicológicos e comportamentais, porém, essa diferenciação não fica apenas no campo psicológico, se enraíza por todas as esferas que compõem a sociedade. O primeiro processo é consequência da educação, da política, da religião e da cultura vigente na sociedade. Trata-se do auto ódio, a culpabilização ensinada desde a infância de que a situação social é culpa e resultado de um processo individual. O segundo processo é a tomada de consciência de que o tratamento e a situação diferenciada são resultados

pautada em determinantes raciais no mercado de trabalho assalariado, inserindo as(os) trabalhadoras(es) negras(os) em uma lógica produtiva desumanizadora e alienante, que impossibilita que esses tenham uma consciência social e racial da sua situação degradante no mercado de trabalho assalariado brasileiro. (ALVES. 2022: 219).

do racismo, e em um processo longo e cotidiano, passam não apenas a denunciar o racismo, mas a construir a luta contra ele em todas as esferas da vida social.

O racismo como uma arma ideológica (MOURA, 1994) interfere na consciência social e provoca uma consciência racial acrítica, gera uma abstração das relações raciais, em uma tentativa equivocada de eliminar os antagonismos e conflitos produzidos pelo próprio racismo, e reduzir tudo em conflitos entre classes sociais.

Entende-se que a raça é “[...] um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (ALMEIDA, 2018:24). A raça exerce um papel essencial nas relações sociais, de delimitar as posições nas classes sociais e no acesso às políticas públicas e sociais, assim como nos serviços sociais. Por esse motivo, é importante se afastar da consciência racial acrítica, que se constitui enquanto uma falsa consciência, que é oriunda da ideologia do mito da democracia racial. Sobre esse assunto, Nascimento (2016:94) destaca que:

O objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. Embora na realidade social o negro seja discriminado, exatamente por causa de sua condição racial e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal da autodefesa. A constituição do país não reconhece entidades raciais; todo mundo é simplesmente brasileiro.

O objetivo dessa exposição é demonstrar uma parte da realidade concreta que é invisibilizada, tratada como menos importante, como trivial, como experiência pessoal. A anulação da questão racial tem atrasado o avanço no debate da luta antirracista. E é nesse ponto que o Serviço Social é chamado a intervir, não como responsável único, mas como profissão que se relaciona diretamente com essa população. Por esse motivo, a relação Serviço Social e racismo precisa ser evidenciada.

A formação acadêmico-profissional é um locus de desenvolvimento da consciência profissional, que consiste no conteúdo apreendido no ensino, extensão e pesquisa. No âmbito da formação dos quadros técnicos do Serviço Social, os aspectos e determinantes da raça, do racismo e das relações raciais devem ser centralizados como essenciais para o fortalecimento do projeto ético-político profissional. Portanto, ao levar esses elementos em consideração, o Serviço Social cumpre a missão de propor reflexões sobre a vinculação do projeto profissional, que se relaciona com a opção pela construção de uma nova ordem societária, que visa a eliminação de todas as formas de dominação, exploração e opressão, qual se inscreve o racismo. No âmbito da formação acadêmico-profissional, o desenvolvimento da consciência racial crítica é um direcionamento ético-político.

O Projeto Ético-Político, valores e antirracista no processo de formação acadêmico-profissional

O Serviço Social brasileiro contemporâneo tem a formação de seus quadros técnicos e o trabalho profissional direcionado pelo Projeto Ético-Político Profissional. As orientações do Projeto Ético-Político visam proporcionar a plena liberdade dos seres humanos, por meio do fim da condição de dominação/exploração da classe trabalhadora (CARDOSO, 2016). Trata-se de uma perspectiva que envolve a disputa de consciência de todo o conjunto de profissionais do Serviço Social.

Para compreender a inscrição do Projeto Ético-Político na perspectiva emancipatória, é importante compreender a emancipação política e a emancipação humana. Marx (2010:52) compreende que a emancipação política “[...] representou concomitantemente a emancipação da sociedade burguesa em relação à política, até em relação à aparência de um teor universal”.

Marx (2010) explica que, no contexto europeu, a sociedade feudal foi dissolvida em seu fundamento, no ser social, mas em um ser social egoísta. O ser social é a base e o pressuposto do Estado político, que o reconhece por meio dos direitos humanos. Porém, a liberdade do ser social egoísta e o reconhecimento dessa liberdade são de tal modo, embasada na propriedade privada que causou uma bifurcação do “[...] ser social entre um homem egoísta e um cidadão (perante o Estado), o que impossibilita a realização da liberdade enquanto emancipação humana” (CARDOSO, 2016:170-171).

Marx (2010:41) afirma que:

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática.

No processo de formação sócio-histórica e racial do Brasil, a emancipação política que supostamente deveria ter ocorrido no país, com o fim do regime escravista, e que de modo geral, deveria ter eliminado a dominação do escravocrata sob o escravizado, não ocorreu de fato. O escravizado passou de ser social escravizado para o ser social livre, mas sob o julgo do racismo que não lhe permitiu ser cidadão ou até mesmo um ser social egoísta, nos ditames da sociedade capitalista.

Marx (2010: 38-39) sinaliza que:

O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um Estado livre [Freistaat, república] sem que o homem seja um homem livre.

Nesse sentido, o Estado se emancipou do escravismo moderno, mas o racismo se

apresenta como um grande entrave para a emancipação prática da classe trabalhadora negra, já que nem como cidadã, no que se refere à igualdade jurídico-forma, a população negra é tratada. Para a ampliação da materialização do Projeto Ético-Político, no que envolve uma disputa de consciência social e racial, visando à emancipação humana, o antirracismo deve ser apresentado como um eixo central das lutas, reflexões e embasamento teórico no conjunto das/os profissionais do Serviço Social.

O Projeto Ético-Político passou a ser denominado como tal e ser hegemônico na categoria profissional, a partir dos anos 1990 e início dos anos 2000 (CARDOSO, 2016) – observa-se que no mesmo momento em que, no Brasil, há uma efervescência da luta antirracista e de uma ampliação dos movimentos sociais negros na denúncia do racismo e do mito da democracia racial no país.

As determinações sócio-históricas e raciais, que compõem o passado e o presente do Brasil, não podem passar despercebidas no processo de formação acadêmico-profissional e no trabalho das/os assistentes sociais. Principalmente, por compreender que

[...] a ‘questão social’ como central na formação e no exercício da profissão – do ponto de vista da materialização desse posicionamento –, caberia, no âmbito da formação profissional, investimento na reflexão teórica acerca do entrelaçamento/cruzamento entre questão étnico-racial e questão social. Esse parece ser um ponto de partida para construir uma compreensão acerca do porquê, na realidade brasileira, de os/as negros/as assumirem posição de destaque nas várias expressões da ‘questão social’ (MARTINS, 2013: 15-16)

Guerra (2019) compreende que a formação acadêmico-profissional precisa dar conta da atualidade, pois ao serem contemporâneas/os do seu tempo, as/os assistentes sociais precisam responder aos dilemas da atualidade. Além disso, a autora destaca que esse processo precisa sintetizar as determinações do passado e do presente e apontar tendências para o futuro. E, portando, a formação precisa ser situada nas contradições que marcam a conjuntura atual, que são escamoteadas pela ideologia dominante e deslocadas do centro para a periferia.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental compreender o racismo a partir de bases ontológicas⁸ e como esse emerge e se estrutura na realidade, carregada de contradições, e que repercutem diretamente nos fundamentos do Serviço Social. Principalmente na compreensão do ser social no escravismo e na constituição do ser social livre no sistema capitalista.

A formação acadêmico-profissional precisa trazer elementos históricos e teóricos críticos para compreender os determinantes que existiram no escravismo moderno e foram

⁸ Martins (2021:34) compreende que “como categorias ontológicas, as expressões do racismo só podem ser apreendidas nas relações sociais de produção no âmbito da sociedade burguesa, na qual ganham materialidade não apenas, mas fundamentalmente, nas expressões da “questão social”. Estas, histórica e contemporaneamente, mostram-se qualitativa e quantitativamente cravadas de determinações raciais”.

modernizados na transição para o capitalismo, buscando compreender como esse processo resultou na constituição da classe trabalhadora negra. Dessa forma, a formação acadêmico-profissional precisa dar conta da compreensão do escravismo, para fundamentar e analisar o racismo e realizar as devidas mediações com o capitalismo. Principalmente na conjuntura atual, que o racismo tem se expressado, não somente, mas fundamentalmente, a partir da violência racial e divisão racial do trabalho.

Em relação às reflexões sobre o racismo, no cerne do Serviço Social brasileiro, observa-se que a ausência de uma reflexão crítica do racismo estrutural gera lacunas no processo de formação da consciência profissional. Ao mesmo tempo, no âmbito do Serviço Social, o Projeto Ético-Político pode ser interpretado como a principal resposta que a categoria pode armar contra o racismo, pois compreende-se como um projeto que visa combater quaisquer tipos de discriminação, dominação, exploração, opressão, preconceitos e violência, o que inclui, de todas as formas, o enfrentamento e combate ao racismo.

O Projeto Ético-Político vem alimentando o debate no cerne do Serviço Social brasileiro, principalmente, no que se refere à fundamentação histórica, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (BRITTES, 2013). Esse debate contribuiu para elencar as mediações existentes entre o projeto profissional e a construção de um novo projeto societário. Essas mediações objetivam construir caminhos para a emancipação prática, ou seja, livrar a sociedade das formas históricas e antagônicas de dominação, exploração, opressão e violência.

Porém, deve-se questionar: como fortalecer valores de liberdade, democracia, justiça social e cidadania em uma sociedade que a maioria da população (negra) é tratada como suspeito número um da PM, como mau cidadão, privado de qualquer justiça social, vivendo em uma cidadania restrita? Quais as estratégias são necessárias para assegurar esses valores para toda a população usuária dos serviços das/os assistentes sociais? Quais são os valores racistas que dificultam o fortalecimento desses valores no atendimento das demandas da população negra que chegam até as/os assistentes sociais?

A partir desses questionamentos, torna-se necessário evidenciar que para o Serviço Social assegurar que haja a implementação dos valores e princípios antirracistas, que possam sedimentar a formação acadêmico-profissional, e que não se limitem ao comportamento individual das/os assistentes sociais, mas que se expresse como um princípio ético-político, tanto no espaço acadêmico-profissional como na intervenção profissional das/os assistentes sociais em contato direto com a classe trabalhadora negra, é necessário que a mudança comece desde o currículo até conseguir se efetivar no exercício profissional das/os assistentes sociais (ALVES, 2019).

É notório que o racismo projeta valores que podem interferir no trabalho da/o assistente social, que são oriundos da própria estrutura social e, que enquanto sujeitos históricos, as/os assistentes sociais estão inseridas/os. Brittes (2013) compreende que os valores, no âmbito da abordagem ontológica, são construções históricas que decorrem da práxis dos sujeitos vivendo em sociedade.

Nesse sentido, portanto, ao levar em consideração que a sociedade brasileira é uma sociedade racista, deve-se indagar como o racismo projetou valores racistas, que inclusive, vão contra os valores do Projeto Ético-Político, e apresentam-se como entraves para a ampliação da objetivação dos valores que norteiam esse projeto no âmbito da formação acadêmico-profissional e dos espaços de trabalho das/os assistentes sociais.

As bases de fundamentação dos valores racistas, que são produzidos pelo racismo, encontram materialidade ideológica no mito da democracia racial. O conceito do mito da democracia racial tornou possível a criação de uma determinada imagem da população negra, que no dinamismo da sociedade brasileira, definiu esta população como a única responsável pela sua situação atual, e gerou a ilusão de que as oportunidades entre negros e brancos são idênticas (MOURA, 1988).

Nesse sentido, o mito da democracia racial, que foi amplamente denunciado no final do século passado, ainda é utilizado e fomenta a consciência racial acrítica. Apresenta-se como um valor, no que se refere ao atendimento das necessidades básicas humanas, para justificar e minimizar as expressões do racismo, alegando que “somos todos iguais”, quando existe uma profunda desigualdade racial no Brasil. O mito da democracia racial, como um produtor de valores racistas, é um desafio para o Projeto Ético-Político, já que no conjunto profissional, é necessário descortinar o que esse mito encobre, o racismo.

Os valores racistas vão contra os valores do Projeto Ético-Político, são elementos opostos, que podem determinar o tipo de consciência profissional. Os valores que norteiam o Projeto Ético-Político proporcionam o desenvolvimento da consciência profissional crítica, e a incorporação de valores antirracistas, principalmente no âmbito da formação acadêmico-profissional, podem fortalecer essa consciência crítica para um passo maior em direção à emancipação prática. Brittes (2013:56), em relação aos valores, propõe uma reflexão necessária:

Embora a consciência crítica sobre o significado social de tais valores seja fundamental, essa realização depende da construção objetiva de respostas profissionais às demandas particulares postas ao trabalho profissional e que resultam de necessidades sociais determinadas pelo campo contraditório dos interesses de classe.

Mas é importante salientar, para além dos valores e princípios racistas, como categorias de determinação da existência do racismo, que o racismo existe independentes da consciência racial crítica ou acrítica. As respostas em relação ao racismo podem ser formuladas, se no âmbito da formação acadêmico-profissional, ocorrer a compreensão de que o racismo é dotado de historicidade e é um processo político e, ao mesmo tempo “[...] um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e os afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais” (ALMEIDA, 2018:49).

Portanto, os valores emancipatórios e antirracistas, assim como, os valores racistas, se materializam na complexidade do ser social. Na produção de subjetividades norteadas por tipos de consciência social, mas que para além de meras subjetividades, são construções históricas, que precisam ser confrontadas.

Rocha (2016) destaca que é no que concerne à defesa de direitos que as/os assistentes sociais são convocadas/os para intervir. Compreende que é no campo “[...] arenoso da intervenção, constituído de tensões e contradições, o/a assistente social se defrontará com os limites e possibilidades de garantir direitos nos marcos da sociedade de classes” (ROCHA, 2016:16). É nesse campo, portanto, que são apresentadas as demandas impostas pelo racismo, e a/o assistente social precisa ter conhecimento sobre o fenômeno do racismo e das suas diversas expressões na vida social.

Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, sobretudo no que tange à sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal (ROCHA, 2016:16).

Martins (2012) compreende que o racismo se apresenta como um debate indispensável para a formação acadêmico-profissional. A autora sinaliza que o racismo não afeta somente a subjetividade da população racialmente discriminada, mas que determina as condições de vida e de trabalho da população negra. O não tratamento do racismo e de suas expressões/manifestações, de acordo com a autora, no processo de formação acadêmico-profissional, impõem limites para o trabalho qualificado. E é preciso lembrar, que as/os usuárias/os dos serviços pelos quais as/os assistentes sociais desenvolvem as suas atividades são fundamentalmente negras/os (MARTINS, 2012).

Portanto, o Projeto Ético-Político aponta para o antirracismo, ao fortalecer a construção de um outro projeto societário, mas os seus valores precisam ser objetivados no trabalho da/o assistente social e, principalmente, no âmbito da formação acadêmico-profissional. O fortalecimento desses princípios e dos valores antirracistas em sala de aula – compreende-se

que a formação acadêmico-profissional não se limita apenas ao espaço sala de aula –, de modo geral, oferecerá aos estudantes reflexões necessárias para que haja, junto com a construção da consciência profissional, elementos que contribuam para centralizar o combate e enfrentamento ao racismo como um princípio ético-político.

A formação acadêmico-profissional, ao refletir criticamente sobre a luta antirracista, mediada pelo Projeto Ético-Político, pode se tornar um espaço com a potencialidade de formar assistentes sociais com condição e capacidade de identificar o racismo e fomentar o seu enfrentamento nos espaços sócio-ocupacionais. Mas para ter efetividade, antes é necessário que cortem as aristas, que podem gerar lacunas entre o fortalecimento do Projeto Ético-Político e o combate e enfrentamento ao racismo. A presença ou ausência desse debate pode determinar o tipo de assistente social que está sendo formada/o no curso de Serviço Social, e mais do que nunca é necessário direcionar a formação acadêmico-profissional para um caminho profissional sem medo de ir à luta com classe e raça.

Considerações finais

Conclui-se que o racismo é um problema atual que impregna a realidade brasileira. Pressupõem superar a sua aparência gelatinosa, que é orientada por uma ideologia que hora relega o racismo para um problema moral, de formação, psicologizante e comportamental; outrora afirma a sua existência ausente de sujeitos racistas, legalmente reconhece e criminaliza a sua existência, mas ainda tenta respirar os ares do mito da democracia racial nas relações sociais.

É necessário identificar a forma como o racismo se apresenta na sociedade, mas entendê-lo no processo histórico de gênese e desenvolvimento das relações raciais brasileiras, considerando, inclusive, que o próprio racismo não é o mesmo de mais ou menos 500 anos atrás, ele acompanhou o processo de transformação social da sociedade brasileira. E diante dessa complexidade, é importante reafirmar que o desenvolvimento das relações raciais, principalmente do racismo, provocou um processo de consciência racial no país, que tem se apresentado em dois níveis: crítica e acríica (falsa consciência).

Essa é uma demanda que emerge da realidade brasileira e se apresenta para o Serviço Social, que requer identificar e formular respostas, no âmbito do cotidiano de trabalho e da formação acadêmico-profissional. Por um lado, a categoria profissional precisa identificar como o racismo se apresenta para a profissão, que é a partir do cotidiano, que demanda a sua compreensão a partir do processo histórico brasileiro, que requer um nível sofisticado de análise e reflexão para compreender os seus determinantes na sociedade brasileira e como esses se

relacionam com e no Serviço Social. O segundo converge com o primeiro, é como o Serviço Social – nos âmbitos da formação acadêmico-profissional e no cotidiano de trabalho – pode articular as suas respostas em relação ao racismo, que também requer um nível avançado e sofisticado, e que para tal, precisa estabelecer uma mediação com as dimensões teórico-metodológica; ético-política; técnico-operativo; investigativa; e formativa para responder a efetiva demanda que o racismo expressa para a categoria profissional.

Uma das respostas que o Serviço Social brasileiro pode investir, em relação ao combate e enfrentamento do racismo, é em pesquisas e em pesquisadores que tenham como interesses de pesquisa os fundamentos do Serviço Social e as diversas manifestações do racismo. Além disso, é necessário que nos currículos mínimos, o racismo não seja resumido a uma ou duas disciplinas, mas transversal em todas as disciplinas que compõem o conjunto da formação acadêmico-profissional. Dessa forma, será possível estabelecer no âmbito da formação acadêmico-profissional, as relações raciais e o racismo estrutural como categorias fundamentais para compreender as relações sociais no Brasil. Essas categorias devem ser apropriadas, enquanto matéria que conforma em disciplinas obrigatórias sobre esse debate, mas também deve ser transversal nas disciplinas que configuram a formação acadêmico-profissional em Serviço Social; e aprofundada em estudos e pesquisas, buscando se aproximar das produções teóricas que dedicam-se ao desvelamento, combate e enfrentamento do racismo e como essas podem ser apropriadas e aprimoradas na produção científica do Serviço Social brasileiro. Também é necessário que se invista na educação continuada para fortalecer um processo de intervenção antirracista das/os assistentes sociais, considerando que muitos profissionais podem não ter tido nenhuma aproximação com esse debate na formação acadêmico-profissional.

Portanto, é possível que as/os discentes no processo de formação acadêmico-profissional possam se aproximar do movimento contraditório e antagônico das relações raciais e, indo um pouco mais longe, serem capazes de perceber o racismo como uma estrutura social que impregna o cotidiano de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais. Porém, essa capacidade profissional de reconhecer e formular respostas no sentido do enfrentamento e combate ao racismo no âmbito do Serviço Social, requer uma apropriação da produção científica e acadêmica, política e cultural, que se dedica a desvelar os determinantes e fundamentos das relações raciais no Brasil, na América Latina e no mundo. É nessa seara que as/os assistentes sociais são chamados a intervir e se localizar no processo que envolve as contradições e antagonismos das relações raciais.

O racismo não pode ser naturalizado no âmbito da formação da consciência profissional,

esse processo precisa ser envolvido em reflexões que levem as/os assistentes sociais a questionarem a estrutura social racista, para perceberem que o racismo impregna toda a vida social. O Serviço Social brasileiro avançou muito com o Projeto Ético-Político, o desafio contemporâneo é avançar no fortalecimento desse projeto, e o antirracismo apresenta-se como um meio de fortalecimento desse projeto. Que as próximas gerações de assistentes sociais tenham no seu processo de formação de consciência profissional o antirracismo como um valor ético-político.

No mais, a luta antirracista convoca o Serviço Social, é hora de retirar as vendas do mito da democracia racial no âmbito da formação acadêmico-profissional e no cotidiano de trabalho das/os assistentes sociais, e assumir uma postura crítica de reconhecer que assistentes sociais, como quaisquer outros profissionais, podem produzir e reproduzir racismo, o que difere essa profissão das demais é compromisso ético-político explícito e hegemônico entre a categoria, que direciona essas/es profissionais para a necessidade de se apropriar e aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno do racismo estrutural como um compromisso ético-político.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- _____. Apresentação. In.: Dossiê Marxista e Questão Racial. Margem Esquerda. *Revista da Boitempo*. n.27. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ALVES, L. D. O conceito de racismo institucional no âmbito da formação acadêmico-profissional do serviço social. In: *Cadernos do Lepaarq*, v. XVI, n.31., p. 94-106, Jan-Jun. 2019.
- _____. *SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL: tensionamentos e disputas no processo de formação acadêmico-profissional*; orientador Reginaldo Ghiraldelli. - Brasília, 2020.
- _____. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. In: *R. Katál.*, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 212-221, maio-ago. 2022.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Direitos humanos ou emancipação humana? In.: *Revista Inscrita*, Brasília, ano 10, n. 14, p. 64-71, dezembro. 2013.
- BRITTES, C. M. Valores, ética, direitos humanos e lutas coletivas: um debate necessário. FORTI, V.; BRITTES, C. M. (org.). *Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.
- CARDOSO, P. F. G. *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil*. Campinas: Papel Social, 2013.
- GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. In: *R. Katál.*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.
- FERNANDES, F. *O significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular coedição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.
- GUERRA, Y. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. *Revista Libertas*, Juiz de Fora. v.2, n.2, 2003.
- _____. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica In.: GUERRA, Y. [et al] (org.). *Serviço Social e seus*

- fundamentos: conhecimento e crítica*. 2.ed. Campinas: Papel Social, 2019.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARTINS, T. C. S. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, nº 111, 2012.
- _____. Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. In.: *Revista Inscrita*, Brasília, ano 10, n. 14, p. 10-17, dezembro. 2013.
- _____. Crise do Capital e Pandemia: a “Questão Social” atravessada por determinações do Racismo. In: EURICO, M. C. [et al] (org.). *Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos*. Campinas: Papel Social, 2021.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *Manifesto do partido comunista*. Karl Marx, Friedrich Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1994.
- _____. *O negro de bom escravo a mau cidadão?* São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- _____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- OLIVEIRA, D. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. In.: Dossiê Marxista e Questão Racial. Margem Esquerda. *Revista da Boitempo*. n.27. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. Drogas, opressão social e racismo. In.: *A Luta Contra o Racismo no Brasil*. OLIVEIRA, Dennis (org.) [et al]. São Paulo: Editora Forum, 2017a.
- _____. O combate ao racismo é uma luta anticapitalista. In.: *A Luta Contra o Racismo no Brasil*. OLIVEIRA, Dennis (org.) [et al]. São Paulo: Editora Forum, 2017b.
- _____. *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- ROCHA, R. F. *A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios*. 211 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- SILVA, A. P. P. O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. 291 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.